

Inquérito Civil n. 06.2022.00004464-8.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Promotora de Justiça, Cristina Elaine Thomé, de um lado, doravante denominado **COMPROMITENTE** e de outro, o **MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, pessoa jurídica de direito público interno, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal, Senhor Ricardo Lauro da Costa, acompanhado do Assessor Jurídico, Dr. Juliano Fernandes da Silva, OAB/SC n. 24.230, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.00004464-8, ora em tramitação nesta 1ª Promotoria de Justiça, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar n. 738/2019 (Consolida as Leis que Instituem a Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina); e

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CRFB/88), bem como a tutela de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CRFB/88);

CONSIDERANDO prever o artigo 197 da Constituição Federal serem de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia" (CF, art. 129, II);

CONSIDERANDO que cabe à direção municipal do SUS planejar,

organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, da Lei n. 8.080/1990 Lei Orgânica da Saúde);

CONSIDERANDO que a Lei 3.820/1960, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia destinados a “zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País”, e o artigo 10 determina que as atribuições dos Conselhos Regionais são as seguintes: c) fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à lei, bem como enviando às autoridades competentes relatórios documentados sobre os fatos que apurarem;

CONSIDERANDO que o art. 24 da Lei 3820/1960 dispõe que Empresas e estabelecimentos que exploram serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico deverão provar perante o Conselho Federal e os Regionais que essas atividades são exercidas por profissional habilitado e registrado;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 6.839/1980, no artigo 1º também regulamenta que o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros;

CONSIDERANDO que o § 3º do artigo 17 da Lei 6.320/1983 (Código Sanitário de Santa Catarina), dispõe que os estabelecimentos de saúde que envolvam exercício de atividade profissional, deverão submeter os contratos de constituição, alterações e rescisões, à apreciação prévia dos respectivos Conselhos Regionais, com a aposição do seu visto;

CONSIDERANDO que o artigo 2º da Lei nº 13.021/2014, dispõe que a assistência farmacêutica é “o conjunto de ações e de serviços que visem a assegurar a assistência terapêutica integral e a promoção, a proteção e a recuperação da saúde nos estabelecimentos públicos e privados que desempenhem atividades farmacêuticas, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao seu acesso e ao seu uso racional”;

CONSIDERANDO que o artigo 4º da Lei nº 13.021/2014 dispõe que é responsabilidade do poder público assegurar a assistência farmacêutica, segundo

os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, de universalidade, equidade e integralidade;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 85.878/1981, que estabelece normas para execução de Lei nº 3.820/1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e disciplina em seu artigo 1º que são atividades privativas do farmacêutico o desempenho de funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopeicas, quando a serviço do público em geral ou mesmo de natureza privada; assim como o assessoramento e responsabilidade técnica em depósitos de produtos farmacêuticos de qualquer natureza. Ainda, em seu artigo 3º determina que as disposições deste Decreto abrangem o exercício da profissão de farmacêutico no serviço público da União, dos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e respectivos órgãos da administração indireta, bem como nas entidades particulares;

CONSIDERANDO que a RDC 471/2021 dispõe sobre os critérios para a prescrição, dispensação, controle, embalagem e rotulagem de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isoladas ou em associação, listadas em Instrução Normativa específica;

CONSIDERANDO que a RDC nº 430/2020 que disciplina as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 365/2001, do Conselho Federal de Farmácia, dispõe sobre a assistência técnica farmacêutica em distribuidoras, representantes, importadoras e exportadoras de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 578/2013, do Conselho Federal de Farmácia, disciplina as atribuições técnico-gerenciais do farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e define: V. Gestão da Assistência Farmacêutica como conjunto de procedimentos técnicos gerenciais destinados a formulação, organização e execução de políticas que visem a garantia da Assistência Farmacêutica, tais como planejamento, monitoramento e avaliação, seleção de medicamentos, programação, educação profissional, ações de promoção do Uso Racional de Medicamentos;

CONSIDERANDO que o Município de Santo Amaro da Imperatriz

encontra-se sem inscrição e sem farmacêutico responsável técnico legalmente habilitado e inscrito perante o CRFSC;

CONSIDERANDO que a distribuição de medicamentos ocorre a todas as unidades de saúde do município, incluindo ao SAMU;

CONSIDERANDO que ocorre a compra, recebimento, guarda, armazenamento e contínua distribuição de medicamentos de controle especial, sendo acondicionados em ambiente separado, porém sem chave em porta e toda a guarda, estando sem qualquer supervisão farmacêutica;

CONSIDERANDO que o almoxarifado não possui Alvará Sanitário e obviamente não possui Certidão de Regularidade Técnica;

CONSIDERANDO que o local de armazenamento dos medicamentos está em contrariedade com o preconizado em lei;

CONSIDERANDO que a atuação do profissional farmacêutico durante todo o horário de funcionamento do almoxarifado é exigido por lei e garantirá aos munícipes o acesso a medicamentos de qualidade e com eficácia.

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1. DO OBJETO:

Cláusula 1ª: Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto sanar as irregularidades identificadas na Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF do Município de Santo Amaro da Imperatriz.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:

Cláusula 2ª: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a promover a sua inscrição junto ao Conselho Regional de Farmácia e atender aos objetivos acima expostos, **no prazo de 06 (seis) meses.**

Cláusula 3ª: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a elaborar projeto de lei, encaminhando-o ao Poder Legislativo Municipal com o objetivo de criar o cargo de Farmacêutico Responsável Técnico e posterior contratação através

da realização de Concurso Público;

Cláusula 4ª: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a cumprir os requisitos de contratação de Farmacêutico Responsável Técnico, observando a regulamentação contida no Conselho Regional de Farmácia, em normas federais e estaduais acerca da matéria.

Cláusula 5ª: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a realizar a admissão temporária de Farmacêutico Responsável Técnico devidamente habilitado e registrado junto ao Conselho Regional de Farmácia através de processo seletivo enquanto tramita o Projeto de Lei e o referido Concurso Público para contratação definitiva;

Cláusula 6ª: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a providenciar a contratação de Farmacêutico Responsável Técnico devidamente habilitado e registrado junto ao Conselho Regional de Farmácia, mediante a realização de concurso público, com efetiva nomeação, posse e exercício, nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, **no prazo de 06 (seis) meses**.

3 DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 7ª: O não atendimento aos compromissos pactuados no presente Termo sujeitará o **MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ** ao pagamento de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por dia de descumprimento e por cláusula descumprida, a ser revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, correndo este prazo e multa independente de qualquer determinação judicial, sem prejuízo da tomada de medidas administrativas e judiciais.

Parágrafo único: Além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 8ª: O Ministério Público compromete-se a não adotar

nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta contra o compromissário, caso os compromissos entabulados sejam cumpridos dentro dos prazos e das condições previstas;

Cláusula 9ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula 10ª: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Cláusula 11ª: Fica eleito o foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz para a solução de quaisquer litígios decorrentes deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Cláusula 12ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

4 DO ARQUIVAMENTO:

Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público, com fundamento no artigo 48, inciso II, do Ato n. 00395/2018/PGJ, arquivou o **Inquérito Civil n. 06.2022.00004464-8** e comunica o arquivamento, neste ato, ao Compromissário salientando que, caso não concorde com o arquivamento efetuado, poderá apresentar razões escritas ou documentos para apreciação do Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento, conforme estabelecido pelo artigo 50 do Ato n. 00395/2018/PGJ.

Santo Amaro da Imperatriz, 16 de dezembro de 2022.

[assinado digitalmente]
CRISTINA ELAINE THOMÉ
Promotora de Justiça
Compromitente

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal de Santo Amaro
da Imperatriz
Compromissário